



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016

FOLHA DE ROSTO



**Título do Trabalho:** “TODO ARTISTA TEM DE IR AONDE O POVO ESTÁ”: Algumas considerações acerca dos dilemas do projeto ético político no cotidiano do assistente social.

**Autores:** Jonatas Lima Valle – Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assistente Social no Cefet/RJ. [jonatas.valle@cefet-rj.br](mailto:jonatas.valle@cefet-rj.br)

Vivian de Almeida Mattos – Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social na UFRJ. Assistente Social na Unirio. [vivian.mattos@unirio.br](mailto:vivian.mattos@unirio.br) (apresentadora)

**Natureza do Trabalho:** Resultado de pesquisa.

**EIXO:** III SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

**TEMA:** Trabalho Profissional



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



**“TODO ARTISTA TEM DE IR AONDE O POVO ESTÁ”**: Algumas considerações acerca dos dilemas do projeto ético político no cotidiano do assistente social.

Resumo: O trabalho é produto do debate entre autores de duas dissertações de mestrado que, entre 2010 e 2012, se dedicaram a pesquisar assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro atuantes na área da saúde. Apesar de recortes peculiares, as pesquisas trouxeram dados centralmente parecidos, principalmente pelo fato de abordarem profissionais com significativo comprometimento com a formação continuada, mas que, apesar disso, encontram substanciais dificuldades no que tange à expressão do projeto ético-político no cotidiano profissional. Face aos traços em comum dos dados empíricos entre ambas as pesquisas e as afinidades entre os autores no que se refere aos pressupostos teóricos, este trabalho busca trazer reflexões inadiáveis para a manutenção e ressonância de um projeto profissional capaz de contribuir com a construção de uma ordem societária emancipada.

Abstract: The work is the product of debate between authors of two dissertations that between 2010 and 2012, were dedicated to researching social workers the State of Rio de Janeiro active in health. Although peculiar clippings, research brought centrally similar data, mainly because of approaching professionals with significant commitment to continuing education, but which nevertheless are substantial difficulties with regard to the expression of the ethical-political project in the daily work. Given the common traits of empirical data from both surveys and the affinities among authors in relation to the theoretical assumptions, this work seeks to bring urgent reflections for maintenance and resonance of a professional project can contribute to the construction of an order corporate emancipated.

Palavras-chave: prática profissional; projeto ético-político; saúde.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



“Foi nos bailes da vida ou num bar, em troca de pão,  
que muita gente boa pôs o pé na profissão de tocar um instrumento e de cantar  
Não importando se quem pagou quis ouvir (...)  
Com a roupa encharcada e a alma repleta de chão, todo artista tem de ir aonde o povo está”  
(Milton Nascimento).

Nosso estudo é fruto de duas dissertações de mestrado, realizadas contemporaneamente no programa de pos-graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro entre 2010 e 2012. Apesar de orientados por professores diferentes, o processo de debate e reflexão foi constantemente articulado entre os dois autores. Isso porque, como veremos, ambos buscaram desenvolver seus estudos a partir de um arcabouço teórico fundamentado pelo materialismo histórico dialético e voltados para a discussão do Projeto ético-político no cotidiano profissional – mais especificamente, na saúde.

Para tanto iniciaremos com a retomada de debates voltados para os principais fenômenos e contradições que condicionaram o surgimento de nossa profissão. A intenção foi trazer à tona laços centrais que permitam visualizar questões gerais que perpassam a realidade dos assistentes sociais brasileiros nos mais variados campos de intervenção. Para isso, buscamos resgatar o surgimento dessa profissão a partir de sua relação com a estrutura econômica capitalista monopolista. O que nos levou a retomar debates realizados por nossa produção científica nas últimas décadas, tais como: “questão social”, luta de classes, hegemonia, políticas sociais etc. Em seguida, antes de partir para conclusões teóricas que, complementarmente, contemplam ambas pesquisas, apresentaremos alguns resultados empíricos extraídos das entrevistas de cada pesquisa.

Vale destacar que nos esforçamos em discutir essas e outras questões, a partir dos interesses e estratégias das classes no plano histórico da realidade. Essa lógica trouxe a necessidade de pensar alguns dos efeitos produzidos pelo capitalismo desde seu surgimento, o qual a acumulação de riqueza por meio da socialização do trabalho assalariado dissemina uma nova dinâmica de pobreza. Isso gerou uma nova qualidade à pobreza (a dimensão objetiva da “questão social”), que, por sua vez, produziu, nesse mesmo processo, um “cotidiano de sofrimento” – correspondente à dimensão subjetiva da “questão social”. Como vimos, a partir do momento em que essa situação de sofrimento, passou a se articular à consciência de classe e, conseqüentemente, se expressar de maneira politicamente organizada, a burguesia percebeu que a própria estrutura econômica capitalista entrava em “xeque”. Esse contexto evidenciou tanto a demanda dos trabalhadores por melhorias de suas respectivas condições de vida, quanto da burguesia em reproduzir sua hegemonia. Vimos que um dos resultados dessa tensão foi o surgimento/expansão daquilo que se convencionou



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



chamar de políticas sociais, sofisticando de maneira articulada, racionalizada e contínua, a materialização de uma série de serviços e benefícios socioassistenciais.

Essas políticas sociais, como vimos, possuem um caráter contraditório, pois apesar de possuírem uma dimensão objetiva que, entre outros, possibilita melhorias em relação ao cotidiano de sofrimento da classe trabalhadora, também possuem uma dimensão subjetiva, portadora de uma carga essencialmente política. Esse elemento político indica que, a partir das relativas melhorias nas condições de vida proporcionada aos usuários das políticas sociais, tanto se podem desencadear efeitos na consciência desses usuários funcionais à reprodução hegemônica do capitalismo quanto favorecer a contestação dessa ordem. Essas alternativas ficam em aberto, à mercê das estratégias classistas em cena histórica. E, exatamente por isso, sem desconsiderar sua tendência conservadora, somos categóricos ao concordar com Faleiros, quando afirma que as políticas sociais não devem ser compreendidas como medidas boas ou ruins em si mesmas (2007, p. 59-60), mas sim como medidas que podem contribuir **ou** prejudicar as estratégias de emancipação da classe trabalhadora. Também destacamos que tanto no esforço de contribuir quanto no de prejudicar essas estratégias de emancipação, coexistem diferentes projetos político-pedagógicos que, basicamente, se esforçam no sentido de induzir os sujeitos envolvidos no processo de acesso a esses serviços e benefícios socioassistenciais, de acordo com o efeito subjetivo funcional ao seu respectivo projeto societário.

Nesse sentido, observa-se a estruturação das instituições responsáveis por essas políticas com claro cunho conservador, o que reflete, conseqüente e logicamente, no perfil de profissional esperado para compor esse espaço de trabalho. E que nos casos em que o profissional diverja do encaminhamento proposto pela instituição, ele será coagido a adotar este posicionamento, sob pena de demissão.

No entanto, vimos ainda que além desse projeto de intervenção profissional subordinado ao projeto institucional, há uma margem de autonomia resguardada a cada profissional, que garante a possibilidade de que, em determinados momentos de atuação, os assistentes sociais materializem intervenções cujos impactos sejam, ainda que limitadamente, funcionais a projetos societários de emancipação da classe trabalhadora. Como vimos, essa questão ganhou proporção com o Movimento de Reconceitualização e, na tentativa de elaborar respostas alternativas à “prática tradicional” atribuída pelo projeto institucional, buscou referências científicas no debate marxista. Esse contato gerou em parte da categoria, a intenção de romper não apenas com a “prática tradicional”, mas também com qualquer prática profissional subordinada ao projeto societário conservador.

Após avanços e recuos históricos, esse recurso ao marxismo trouxe para a década de 1990 um cenário em que a ascensão de um projeto profissional vinculado ao projeto societário



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



emancipatório trouxe tamanha adesão e visibilidade que se convencionou qualificá-lo como hegemônico no Serviço Social brasileiro. No entanto, tal projeto que no Brasil chamamos de projeto ético-político, apesar de garantir uma autonomia relativa e flexível, pelo que pudemos avaliar nos nossos estudos, pouco trouxe de mudanças para o plano da intervenção profissional.

Em virtude dessa questão e cientes do potencial das pesquisas no que concerne à iluminação de entraves e caminhos para a ação dos assistentes sociais, a primeira dissertação que gostaríamos de apresentar analisou a prática profissional em duas UPA vinculadas à prefeitura do Rio de Janeiro e administradas por Organizações Sociais. Na oportunidade, a pesquisadora entrevistou 08 das 11 assistentes sociais dessas Unidades - além de se utilizar da observação de campo e de algumas estatísticas das UPA e de outras próprias do Serviço Social. Considerando o contexto de privatização em que as unidades estavam inseridas, a pesquisa indicou que todas entrevistadas foram contratadas pelo regime CLT, o que, por sua vez, evidenciou uma fragilidade de seu vínculo institucional. Isso, conseqüentemente, rebate na relativa autonomia profissional e pôde ser observado no relato das assistentes sociais entrevistadas.

Apesar de registrar iniciativas pontualmente interessantes, a pesquisa sinaliza uma série de indicações que indicam contradições entre a prática desses profissionais pesquisados e a perspectiva de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. O estudo observa manifestações do fatalismo que se expressa em formas de absoluta obediência às normas institucionais e se relacionam à priorização das requisições institucionais por parte das assistentes sociais entrevistadas em detrimento às demandas dos usuários. Observa também ausência de projetos de intervenção e mesmo de planejamento da prática profissional; postura passiva frente às demandas existentes - na medida em que não se antecipa, estuda, pesquisa ou levanta dados sobre as mesmas; baixa realização de reuniões entre a equipe de Serviço Social; ações pontuais e isoladas. O estudo também expôs uma baixa vinculação dessas profissionais em relação a organismos coletivos - seja da própria categoria ou outros da sociedade civil - e organizações políticas - como partidos e sindicatos.

Também foi possível observar certa falta de apreensão crítica sobre a realidade a que estão inseridas. A começar pela própria natureza da instituição contratante, já que, além de raramente citarem a gestão por OS, seu conteúdo privatizante não foi alvo de crítica pelas entrevistadas. Isso parece estar relacionado ao pouco conhecimento acerca do movimento da reforma sanitária e ao fato de que as assistentes sociais confundem a política de saúde executada pelos diferentes níveis de governo com a proposta do SUS. Sinais, que nos parecem indicar uma falta de compreensão sobre a saúde de forma geral.





Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Essa desapropriação teórica também se entende a elementos específicos da própria profissão, já que embora a maioria das assistentes sociais entrevistadas tenha se formado após a elaboração do Código de Ética e da Lei de Regulamentação, nota-se a fragilidade do conhecimento, a insegurança nas respostas sobre essas duas legislações que embasam o exercício profissional.

Na segunda dissertação, optou-se por entrevistar assistentes sociais que além de atuantes na área da saúde, fossem empregados pelo Estado, expressamente comprometidos com o projeto ético-político em seu cotidiano de trabalho e, finalmente, em flagrante processo de formação continuada. Para tanto, a pesquisa se voltou para assistentes sociais que na época estavam cursando uma pós-graduação lato senso voltada para assistentes sociais da saúde. Foi aplicado um breve questionário que, dentre outras finalidades, cumpriu a função de filtrar critérios indicativos necessários para selecionar os profissionais que forneceriam a entrevista (principal fonte empírica para nossa análise). Dentre os 17 questionários respondidos, apenas 07 foram selecionados para entrevista - visto que os demais não cumpriam algum requisito básico. No entanto, apenas 05 assistentes sociais foram entrevistadas, visto que outras duas, por motivos particulares não se dispuseram a conceder a entrevista.

Foi possível identificar entre as profissionais entrevistados reflexões significativas que demonstram certa consciência a respeito dos aspectos que permeiam sua própria autonomia profissional, o que lhes ajuda evitar práticas messiânicas e fatalistas. Observamos ainda esforços criativos que buscaram garantir acesso dos usuários a determinados serviços e benefícios socioassistenciais que, a priori, teriam sido negados pela instituição - basicamente pela escassez de recursos internos e da rede externa de serviços públicos.

No entanto, para concluir nossas reflexões, entre méritos e dificuldades, gostaríamos de ressaltar três aspectos essencialmente significativos que sobressaíram de forma constante nessas entrevistas. O primeiro refere-se à **escassez de esforços que busquem conectar a função pedagógica profissional aos impactos políticos que a ação profissional, em alguma direção, necessariamente produzirá**. Isso indica um perfil pedagógico centrado prioritariamente para sua própria função assistencial, portanto, basicamente empirista e despolitizado e, conseqüentemente, alinhado à tendência reformista-revisionista. Em consequência, observamos que as tensões produzidas em relação ao projeto político institucional se limitaram às ocasiões em que, por algum motivo, a instituição não se propunha a desempenhar o papel reformista-conservador que lhe originara na era monopolista. Portanto, os embates não se originaram em torno dos aspectos políticos contidos na particularidade da realidade vivenciada na perspectiva de tensionar a legitimidade do status quo – conforme deveria ser preconizado por um projeto profissional efetivamente



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



comprometido com a emancipação da classe trabalhadora – mas, apenas de garantia dos serviços e benefícios demandados pelos usuários. Na verdade, os conflitos expostos pelas entrevistadas, contraditoriamente, se limitaram a pressionar a instituição para cumprir seu caráter reformista-conservador. Que, de grosso modo, visa promover melhorias nas condições de vida dos trabalhadores como meio de potencializar a hegemonia burguesa junto aos setores trabalhadores em cena, condicionados na posição de usuários da instituição.

Essa condução prática articula-se profundamente com um segundo aspecto: os dados colhidos indicaram que **essas profissionais demonstraram demasiada dificuldade em projetar os resultados de sua própria ação**. Isso indica que o projeto profissional naquela particularidade é frágil e, conseqüentemente, a prática profissional é predominantemente guiada pelo espontaneísmo e pela improvisação. Conseqüentemente, a intenção dessas profissionais de compatibilizar suas projeções na particularidade institucional aos princípios expressos no projeto ético político se mostra frontalmente inviabilizado. Isso, certamente compromete as possibilidades de, a partir dos limites circunscritos pela relativa autonomia dessas profissionais, promover resultados verdadeiramente funcionais a um projeto societário radicalmente favorável à classe trabalhadora.

Enfim, esses dois elementos indicam que, **mesmo que atuem em prol dos serviços qualificados aos usuários, na grande maioria das vezes, as profissionais entrevistadas não atrelam essa possibilidade a um esforço no sentido de explorar os potenciais políticos intrínsecos a esse processo**, identificando-os como classe trabalhadora que pode pretender ser sujeito na construção de rumos diferentes para a ordem. Por não evidenciarem reflexões e práticas que tragam para primeiro plano a dimensão política profissional, apresentam elementos típicos do reformismo-revisionista e, conseqüentemente, não se distinguem essencialmente das demandas elaboradas pelo reformismo-conservador presente no projeto político institucional.

Essas duas considerações, de certa forma, se imbricam à primeira dissertação, mas também a algumas considerações de outros autores que se referem à hipótese de que a influência marxista no Serviço Social pouco vem contribuindo na tentativa “de construção de uma nova identidade profissional” (SILVA, 2009, p. 96), onde

[o] vínculo político é deslocado da classe dominante para uma prática vinculada aos interesses das classes dominadas, o que significa uma proposta de ação que considere as relações de exploração e de poder, no sentido da transformação social (FORTI, 2010, p. 77).

Algumas análises levantadas por autores contemporâneos remanescentes desse projeto ético-político atribuem, de forma lúcida, esse impasse a uma formação profissional<sup>1</sup> comumente deficitária. No entanto, retomando aos dados extraídos por nossa pesquisa, devemos destacar duas características que nos particularizam em relação a pesquisa realizada na primeira dissertação. Trata-se do fato de que nosso público entrevistado não pode ser facilmente acusado de estar comprometido com um projeto profissional de cunho conservador<sup>2</sup> nem, tampouco, de banalizar ou desconhecer a relevância da teoria em seu papel de subsidiar a prática profissional. Isso porque, buscamos entrevistar especificamente assistentes sociais que se referenciam comprometidos com o projeto ético-político e em legítimo processo de formação continuada.

Esse perfil de profissionais comprometidas com a formação continuada e com o princípio da emancipação da classe trabalhadora nos levou ao último aspecto sobre as entrevistas que gostaríamos de ressaltar. Trata-se exatamente daquele que parece explicar a pobreza teleológica e o abstencionismo político da função pedagógica (anteriormente citados): **a crítica a um suposto teorismo por parte dos profissionais de Serviço Social em atividade na academia.**

Indubitavelmente, as falas dessas profissionais indicaram sinais concretos de legitimidade em relação aos avanços da profissão em termos de produção teórica e da formação de forma geral. Tal legitimidade foi, em alguns casos, relacionada à postura de crítica e enfrentamento da categoria, impulsionada pela influência do marxismo no âmbito profissional. Além disso, também observamos que, apesar de certa dificuldade, todas entrevistadas conseguiram fazer mediações entre suas leituras e seu cotidiano profissional. No entanto, nos chamou a atenção que foi mais frequente e menos dificultoso, entre as profissionais entrevistadas, a indicação de ações presentes na literatura do Serviço Social que não conseguiam materializar em seu cotidiano profissional do que as referências que conseguiam estabelecer mediações para concretizá-las. Além disso, sem entrarem em contradição com o que abordaram a respeito dos avanços conquistados pela literatura do Serviço Social (reconhecidos pela maioria das entrevistadas), foi no momento de

---

<sup>1</sup>Neste momento, estamos compreendendo a formação profissional de forma ampla, relacionando-a tanto à graduação, quanto à possibilidade do profissional investir na formação continuada - por meio de cursos, participação em congressos, seminários etc.

<sup>2</sup>Devemos lembrar que, além de se dizerem comprometidas com a materialização do projeto ético político em seu cotidiano de atuação profissional, todas entrevistadas se disseram orientadas pela matriz marxista e apresentaram, durante as entrevistas, críticas contundentes à direção política institucional e à conjuntura sociopolítica brasileira do período pesquisado.





Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



problematizar os limites dessa literatura na atual conjuntura que essas profissionais se estenderam e aprofundaram com maior intensidade e rigor.

A esse respeito, duas entrevistadas buscaram apontar temáticas que, em suas respectivas opiniões, vêm se mostrando urgentes de serem pesquisadas, devido à insuficiência do que se tem produzido no momento e/ou à intensificação com que elas vêm atravessando o cotidiano de atuação na contemporaneidade. As demais apresentaram críticas que extrapolam a simples ausência de pesquisa sobre determinadas temáticas, colocando em pauta questões mais profundas, que dizem respeito a postura dos profissionais de Serviço Social vinculados à academia de forma geral.

De certa forma, apesar de se focarem em questões diferentes, essas entrevistadas trazem um mesmo apontamento: de que os setores do Serviço Social que se concentram na “dimensão teórica” do projeto ético-político, apresentam certa incompreensão da realidade vivida pelos setores majoritários que atuam como assistentes sociais nas instituições. Os elementos criticados pelas entrevistadas esboçam ainda um eixo consecutivo, que acaba conformando a **hipótese** de que, o fato da maior parte dos produtores de conhecimento a respeito do Serviço Social não atuar como assistente social vem comprometendo significativamente o papel deles em corresponder às reais necessidades científicas que os assistentes sociais possuem na atual conjuntura. O que parece contribuir para que esses produtores de conhecimento demorem demasiadamente a assimilar a pertinência de determinados temas e, principalmente, de priorizar questões ainda urgentes – como a dificuldade do projeto ético-político se espriar no campo da intervenção profissional. Em virtude dessa situação, as possibilidades de subsidiar os assistentes sociais em seus respectivos campos de atuação de acordo com as possibilidades correspondentes à relativa autonomia que efetivamente possuem, se tornam mais difíceis e, quando assumem posturas mais propositivas, parecem tender a superdimensionar a real autonomia dos assistentes sociais.

É interessante que essas observações se relacionam basicamente com a dissertação da primeira autora que, mesmo sem tal foco, entrevistou predominantemente assistentes sociais que possuem curso de pós-graduação lato-sensu (a maioria dos foi concluída recentemente). Além disso, a dissertação indica que todas as entrevistadas relataram ter participado de cursos de aperfeiçoamento profissional, que a maioria indica autores reconhecidamente progressistas como referências teóricas e que somente uma das profissionais se formou antes da reforma curricular proposta pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) – hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Considerando o percurso problematizado até aqui, é inconteste que o efetivo afastamento de parte dos assistentes sociais em relação ao debate científico inviabiliza uma prática profissional alinhada aos avanços proporcionados pelo marxismo no Serviço Social. No entanto, as evidências de nossa pesquisa nos apresenta não a conclusão, mas a hipótese de que, para além de um afastamento relativo por parte de muitos assistentes sociais em relação à teoria produzida - conforme exposto, por exemplo, nas pesquisas de Vasconcelos (2007) e Oliveira (2012) -, pode estar coexistindo certo distanciamento por parte da academia em relação aos primeiros. Isso porque, mesmo entre os assistentes sociais pesquisados, notoriamente vinculados ao debate teórico, elementos decisivamente conservadores insistem em se expressar no âmbito da prática.

Portanto, não basta constatar a persistência do conservadorismo que se manifesta na dimensão da intervenção profissional. Tampouco, para transformação desse quadro, não é satisfatório mensurar a distância entre a produção do conhecimento acadêmico e os assistentes sociais. É preciso considerar, principalmente, as determinantes que contribuem para o afastamento dos assistentes sociais em relação à teoria e os possíveis movimentos de distanciamento da produção teórica em relação, não apenas aos assistentes sociais em exercício, mas principalmente à própria realidade que envolve esses profissionais.

Assim, ainda que tragam elementos plausíveis e críticos, se o debate teórico não partir de dilemas presentes no cotidiano profissional - “análise concreta de situações concretas” -, o acesso a esse debate pode não ser suficientemente capaz de iluminar alternativas de ação também plausíveis e críticas. Portanto, se a hipótese esboçada a partir da percepção dessas assistentes sociais for verdadeira, a literatura profissional vem, ainda que involuntariamente e/ou por falta de possibilidades históricas, deixando a cargo de seus próprios leitores um papel demasiadamente exigente: **o de encontrar mediações que nem a própria literatura vem conseguindo esboçar.**

A distância entre academia e assistentes sociais de campo, assinalada por Lessa (2011) e ratificada pelas profissionais que entrevistamos, deve ser compreendida como uma ameaça à hegemonia do projeto ético-político. Isso porque pode ser capaz de potencializar um empirismo que, de forma reacionária, propague certa aversão à teoria e, conseqüentemente, potencialize uma prática profissional ainda mais vulnerável aos direcionamentos do projeto político institucional. Isso, conseqüentemente, traria por parte dos “teóricos” uma espécie de “isolamento”, capaz de deslegitimá-los frente aos primeiros e, assim, abrir portas para predominância de outras perspectivas teóricas dentro do Serviço Social brasileiro.

Assim, pensamos que evidenciar as fragilidades estabelecidas que limitam as possibilidades dos avanços proporcionados pelo marxismo no campo teórico cheguem



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



também ao da intervenção profissional é fundamental por, pelo menos, dois motivos. Primeiro para contribuir para a luta da classe trabalhadora na construção de “uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2008). Segundo para colaborar na manutenção e no aprofundamento da hegemonia do projeto ético-político no âmbito do Serviço Social. Isso porque, esse “vácuo” entre os avanços teóricos e a ação profissional, além de desperdiçar ganhos ao público usuário, é também um ponto capaz de ameaçar a suposta hegemonia do projeto ético político e, conseqüentemente, proporcionar uma regressão nas conquistas alcançadas pela categoria até aqui,<sup>3</sup> já que

a crítica à tendência da intenção de ruptura não se apresenta como antimarxista, mas sim afirmando que o marxismo não apresenta respostas para o conjunto dos desafios postos à profissão (BRAVO; MATOS, 2007, p. 211).

## Referencial bibliográfico:

BRAVO, M. I.; MATOS, M. C. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, A. E. *et al* (org). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2007.

FALEIROS, V. de P. *A política social do estado capitalista*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, S. Serviço Social, Trabalhadores e Proletariado: dos “práticos” e dos “teóricos”. *Revista Temporalis*, ano 11 , n.22, 2011.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista serviço social em sociedade*, n.50. Ano XVII, abr., 1996.

OLIVEIRA, V. C. de. Desafios contemporâneos para o Projeto Ético Político do Serviço Social: cotidiano profissional dos assistente sociais em uma grande emergência. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, M. O. S. e. (Coord.). *O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2009.

VASCONCELOS, A. M. *A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

---

<sup>3</sup> Vale lembrar que Netto, ainda na década de 1990, destacou a necessidade de que os avanços conquistados pela teoria social marxista se espalhem para o âmbito da ação profissional. Para ele “os próprios avanços profissionais dos anos oitenta impõem o enfrentamento das “questões da prática”, senão ao preço de se esgotarem. [...] **O confronto imediato ao campo profissional haverá de condicionar os desenvolvimentos do Serviço Social e a médio prazo** o que vier a suceder na segunda metade desta década, se realmente rebater na cultura e nas práticas profissionais dos assistentes sociais, afetando sua inserção socioocupacional, assentará balizas para o evoluir das linhas-de-força da profissão nos próximos dez ou quinze anos” (NETTO, 1996, p. 121, grifos nossos).



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
[www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br)

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



**80**  
ANOS  
**SERVICO  
SOCIAL  
NO BRASIL**